Universidade brasileira — procura de uma concepção

*Edivaldo M. Boaventura**

1. Da estrutura à concepção; 2. Esquema de referência; 3. Concepção da universidade brasileira: uma procura; 4. Último segmento da estrutura educacional.

1. Da estrutura à concepção

O movimento de reforma universitária desencadeado pelo Decreto-lei nº 53/66, se voltou especialmente para as questões de funcionamento e estrutura do ensino superior, ou seja: sistema departamental; concentração dos estudos básicos; criação de mecanismos de supervisão acadêmica; proibição de duplicação de meios idênticos para os mesmos fins. Tanto assim que este último problema e o da integração ensino-pesquisa serviram para avaliar a implantação da reforma.[1]

Todavia, em todos os debates sobre estrutura e administração universitárias há uma questão latente: qual a concepção da universidade? Tem mesmo a nossa universidade uma concepção? Que idéia se pode fazer da universidade no Brasil? Pretende-se, dessa maneira, ir mais além dos problemas de estrutura acadêmica. Para ilustrar a questão, numa discussão sobre a reforma da universi-

* Coordenador de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia e presidente do Conselho Estadual de Educação

[1] MEC/DAU. *Avaliação da implantação da reforma universitária*, universidades federais. Salvador, UFBA/ISP, 1975, 2 v. A não-duplicação de meios e a integração ensino, pesquisa e extensão foram os princípios básicos tomados para análise.

dade francesa, promovida pela lei de orientação do ensino superior, de 1968, alguém interrogou:

— A Lei Faure alterou a estrutura, mas teria conseguido mudar a concepção da universidade francesa?

Ter-se-ia desmoronado o sólido edifício da universidade imperial, erguido por Napoleão? Deixou a instituição universitária da França de ser o molde intelectual e utilitário, que proporciona ensino profissional e uniforme, confiado a um corpo organizado de professores? As "grandes escolas" continuam fora ou acima das universidades?

Na azáfama da implantação de novas estruturas, em face da força pressionante dos grandes efetivos de estudantes, no desafio de novas missões, funções e papéis, no conflito qualidade *versus* quantidade, ensino seletivo contra ensino de massa, julga-se não somente oportuno, mas também essencial, refletir-se um pouco que seja na idéia de universidade, para daí se indagar qual seria a concepção da nossa universidade. Portanto, inicialmente, parte-se do referencial das concepções de universidade para, em seguida, procurar-se identificar elementos que conduzam à idéia da universidade brasileira.

2. Esquema de referência

Seguem-se, nesta primeira parte, as diretrizes desenvolvidas por Jaques Drèze e Jean Debelle em *Conceptions de l'université*, onde se apresentam concepções coerentes que presidem a instituição universitária em cinco países: Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, França e União Soviética. Nos três primeiros, pode-se falar numa "idéia" de universidade, assim, concepções "idealistas" ou "universidade do espírito"; nos dois últimos, França e União Soviética, ensejam tão-somente que se reduza não a idéia mas a "função" da universidade, ou concepção "funcional", ou ainda "universidade do poder".[2]

[2] Drèze, Jaques & Debelle, Jean. *Conceptions de l'université*. Paris, Citoyens Editions Universitaires, 1968. Este é o livro que serve de base para o estudo das concepções. Anteriormente, houve uma edição belga em publicação conjunta do Institut Administration-Université e Fondation Industrie-Université, Bruxelles, 1967, primeiro caderno L'Enseignement universitaire et la préparation des futurs dirigeants.

Paul Ricoeur, que se tem preocupado com o tema, estabelece um cotejo, no prefácio dessa obra:

"Certas universidades alemãs e anglo-saxônias, por sua atitude de independência em face do poder público, estão mais próximas do modelo liberal; universidades francesa e soviética, como serviço público, são peças na engrenagem da administração central, colocam-se mais proximamente do modelo funcional."

Mas, se se "considera o funcionamento da universidade em todos os países, parece que a idéia da universidade liberal, de uma parte, e a função da universidade como quase serviço público, de outra, constituem os dois pólos entre os quais todas as universidades do mundo inteiro são hoje interiormente divididas, mesmo se sua forma jurídica as torna mais próximas de um ou de outro pólo".[3]

Questiona-se, dessa forma, universidade serviço público ou universidade liberal? Há possibilidade de se indagar da idéia ou só seria possível identificar-se a função?

Delineiam-se dois grupos de concepções: a) idealista, liberal ou "interna", a saber, desenvolve-se uma idéia de universidade a partir de normas próprias da instituição; b) funcional, utilitária ou "externa", isto é, que parte, antes de tudo, dos serviços necessários a serem prestados ao país, cujas diretrizes vêm de fora, procedendo mais da utilidade coletiva do que mesmo da autonomia da instituição universitária.

2.1 *Concepções idealistas*

A ênfase aí é colocada no ensino, na pesquisa ou na simbiose de ambos. Drèze e Debelle trabalharam sobre o pensamento do Cardeal Newman, de Karl Jaspers e Whitehead, que viveram e ensinaram na Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos.

2.1.1 Universidade inglesa — um meio de educação

A investigação sobre a universidade inglesa foi realizada na obra *A idéia de uma universidade* (*The idea of a university*), do Car-

[3] Ricoeur, Paul. *Préface.* In: Drèze, J. & Debelle, J. op. cit. p. 8.

deal Newman, publicada em 1852, à base de conferências pronunciadas em Dublin.[4]

Desde o prefácio, o autor marca o seu ponto de vista — universidade é ensino:

"A concepção adotada nessas conferências é a seguinte: universidade é lugar do ensino do saber universal. Implica que seu objeto seja... a difusão e extensão do saber antes que o seu avanço. Se uma universidade tem por objeto a descoberta científica e filosófica, não vejo por que ela deva ter estudantes."[5]

A compreensão da tarefa universitária reflete a atmosfera e a tradição da Universidade de Oxford, onde o próprio Newman estudara por cinco anos e trabalhara de 1826 a 1845, como *fellow* e *tutor*. O seu raciocínio não se funda em dedução abstrata, mas procede de uma *démarche* empírica. O contexto social no qual se fundamenta o seu pensamento tem grande força explicativa. A posição é a mesma de Oxford, que encarna a tradição cultural inglesa, da qual ela foi historicamente um dos focos mais centrais e ativos. Newman foi talvez a principal figura do "movimento de Oxford".[6]

A idéia de que uma universidade é essencialmente um lugar de formação não é própria somente de Newman. Ele apenas a expressou com talento e brilho em livro que se tornou clássico. Um teólogo oxfordiano afirmava à mesma época:

[4] Newman, Cardinal. John Henry. *The idea of a university*. New York, Longmans Green, 1947. Apud: Drèze & Debelle. op. cit. A primeira edição do clássico livro do Cardeal Newman data de 1852, edição definitiva em 1873. A origem da obra está nas nove conferências pronunciadas em Dublin, em 1852. Os autores tomaram como referência a edição de 1947, citada. Há tradução espanhola, das Ediciones y Publicaciones Españolas S.A. — Epesa, *Educación universitaria* (primeira parte).

[5] Id. ibid. Apud: Drèze & Debelle. op. cit. p. 34.

[6] O "movimento de Oxford" se propunha vivificar a Igreja da Inglaterra; foi liderado por Newman, que depois seria cardeal e ao mesmo tempo glória da Igreja Católica e das letras inglesas. Teve como principais seguidores Hurrel Froude, Robert Wilberforce, Keble e Edward B. Pusey. A propósito, Veja Irsay, Stephen d', *Histoire des universités française et étrangères a nos jours des origines*. Paris, Picard, 1935. t. 2, cap. 21: Le Romantisme des écoles.

"O problema e a tarefa especial de uma universidade não são fazer avançar a ciência, nem fazer descoberta ... mas formar bem os espíritos, religiosa, moral e intelectualmente."[7]

Tratava-se de uma educação geral, universal e liberal, cujo resultado era a formação do *gentleman*: "ter uma inteligência cultivada, um gosto refinado, espírito leal, justo e sereno, uma conduta cortês; são as qualidades que acompanham naturalmente um vasto saber, objeto de uma universidade", como pensava Newman. Pelo visto, é uma formação antes intelectual que profissional. Educação da mente, educação da reflexão, ensino antes que pesquisa, são os seus atributos principais. Como a universidade deve organizar-se para favorecer o desenvolvimento intelectual de seus estudantes? Pelo regime do internato e pela vigilância dos *tutors*. O estudo sobre a concepção de Newman conclui: "Universidade é antes de tudo um meio de educação; um meio-ambiente antes que instituição, educação antes que pesquisa; esse meio-ambiente deve ser de preferência residencial, e a educação de preferência 'liberal' e geral."[8]

2.1.2 Universidade alemã — uma comunidade de pesquisadores

Inegavelmente são os filósofos alemães os que mais têm refletido e escrito sobre a idéia de universidade. No relatório Henri Janne, apresentado à Associação Internacional das Universidades, faz-se uma relação: Kant, *A disputa das faculdades*, 1798; Schelling, *Lições sobre o método dos estudos universitários*, 1802/1803; Fichte, *A natureza do sábio e sua aparição no domínio da liberdade*, 1805, bem como a elaboração de um projeto de instituição de educação superior em Berlim, 1807; H. Steffens, *Lições sobre a concepção das universidades*, 1808/1809; F. Schleiermacher, *Reflexões ocasionais sobre universidades na concepção alemã*, 1809; bem

[7] Pusey, Edward B. *Collegiate and professorial teaching and disciplins*. Oxford, 1854. p. 215. Apud: Drèze & Debelle. op. cit. Sobre Pusey, veja Liddon, H.P. *Life of Edward Bouverie Pusey*. London, 1893-5. 4 v.

[8] Drèze & Debelle. op. cit. p. 46.

mais recentemente, Karl Jaspers e K. Rossmann, *A idéia da universidade.*[9]

Em 1810, funda-se a Universidade de Berlim sob a influência desses filósofos, tendo à frente a figura singular e extraordinária de Humboldt. A criação dessa universidade representa a resposta intelectual alemã à derrota sofrida pela guerra napoleônica e fixa um marco indelével na história da universidade, ou seja, a colocação da pesquisa no seio das atividades universitárias.

O representante contemporâneo mais representativo de tão requintada tradição é Karl Jaspers. O postulado principal é a inspiração da verdade pela humanidade:

"É um direito da humanidade, como humanidade, que a pesquisa da verdade se persiga em alguma parte sem coerção"... conseqüentemente, "a universidade tem por tarefa buscar a verdade na comunidade dos pesquisadores e dos estudantes".[10]

Percebe-se aí, claramente, uma educação liberal fundamentada na moral, onde verdade, humanidade e pesquisa são os elementos de base da própria idéia de universidade. Observe-se que o sentido de "pesquisa" passa a ter uma conotação bem diversa daquela que se emprega atualmente. É Paul Ricoeur quem comenta:

"Dizer que ensino universitário é pesquisa, isto é, que todo ensino, mesmo de iniciação, se é digno do nome de ensino, apresenta o caráter de uma descoberta livre e perseguida em comum e não de uma transmissão de resultados, indo daquele que sabe àquele que não sabe... A pesquisa não é somente o que se faz nos setores avançados, não é somente descoberta e inovação, é a mentalidade mesma da universidade."[11]

[9] Janne, Henri. *L'université et les besoins de la société contemporaine.* Cahiers de l'Association Internationale des Universités, Paris, 1970. A enumeração das obras filosóficas sobre a idéia de universidade consta deste relatório à base das indicações gerais de Drèze & Debelle. Para a caracterização da concepção alemã, os autores se serviram da obra de Jaspers & Rossmann, no original: *Die Idee de Universität.* Springer, Berlin-Göttingen, Heidelberg, 1961.

[10] Jaspers, K. & Rossmann, K. op. cit. Apud: Drèze & Debelle. op. cit. p. 50. Segundo os autores, Jaspers parte do postulado citado.

[11] Ricoeur, Paul. op. cit. p. 12.

Para Jaspers, ensinar é fazer participar no processo da investigação. Trata-se antes de uma aprendizagem. Alunos trabalham junto com os professores, descobrindo e adquirindo atitudes e comportamentos científicos. É a enunciação do princípio de integração da pesquisa ao ensino com todas as suas conseqüências. Essa forma de ensino se realiza em diálogo, em seminário e em laboratório. E, para se conseguir a pesquisa da verdade pela ciência, a comunidade de professores e estudantes deve organizar-se segundo o princípio fundamental da liberdade acadêmica. Assim, somente uma elite é que poderá usufruir da "aprendizagem da atitude científica". Evidentemente, não se encontrará mais em nenhuma universidade esses princípios.

2.1.3 Universidade americana — um centro de progresso

Para a análise da concepção da universidade americana como centro de progresso, foram consideradas as idéias de Alfred North Whitehead (*The aims of education*), que depois de ter ensinado em Cambridge, Inglaterra, passou a trabalhar na Universidade de Harvard, EUA. Dessa dupla experiência universitária engendrou a sua filosofia de educação.

Whitehead insiste tanto na contribuição da universidade para o progresso geral da sociedade, como também na sua função científica. A universidade é, enfim, a responsável pela inserção do saber em marcha na cultura comum:

"A função do mestre é dar vida à sabedoria e à beleza que, se não fosse por sua magia, ficariam perdidas no passado. Uma sociedade progressista depende de nela se incluírem três grupos: mestres, descobridores e inventores... O mais importante para uma nação é que exista uma relação íntima entre todos os tipos de seus elementos progressistas para que o estudo possa influir no mercado, e o mercado no estudo. As universidades constituem os meios principais para essa fusão de atividades progressistas em instrumentos efetivos de progresso. Naturalmente elas não são os

únicos meios, mas é um fato que hoje em dia as nações progressistas são aquelas nas quais florescem as universidades."[12]

A ênfase é colocada no progresso, portanto é menos liberal, menos gratuito do que as duas outras concepções precedentes; em Newman, a aspiração da humanidade foi posta no saber, e em Jaspers, na busca da verdade. Continua Whitehead:

"A maneira pela qual a universidade deveria funcionar no preparo de uma carreira intelectual... é promover estudos imaginativos dos vários princípios gerais que fundamentam essa carreira. Seus estudantes passam assim para o período de aprendizagem técnica com imaginação já acostumada a ligar detalhes e princípios gerais... Por conseguinte, a função apropriada da universidade é a aquisição imaginativa de conhecimentos. Além dessa importância da imaginação, não há razão para que os homens de negócios e outros profissionais não devam adquirir seus conhecimentos paulatinamente à medida que os desejarem para as ocasiões especiais. Ou a universidade é imaginativa ou não é nada — pelo menos nada de útil."[13]

É pela integração do ensino com a pesquisa que a universidade se justifica:

"As universidades são escolas de ensino e de pesquisas. Mas a razão primacial de sua existência não se encontra no mero conhecimento que transmitem aos estudantes ou nas meras oportunidades de pesquisas que proporcionam aos membros da faculdade... A justificativa para uma universidade é que ela preserve a conexão entre o conhecimento e o gosto pela vida, unindo jovens e velhos na causa imaginativa do ensino. A universidade transmite informações, mas transmite-as com exaltada imaginação."[14]

[12] Whitehead, Alfred North. *The aims of education.* London, William & Nogate, 1929. Apud: Drèze & Debelle. op. cit. p. 66. *Os fins da educação e outros ensaios* tem edição brasileira da Editora Nacional/USP 1969, trad. por Leônidas Gontijo de Carvalho. As citações foram retiradas dessa edição, especialmente da parte 7, As universidades e suas funções, p. 100-10.
[13] Whitehead, Alfred North. *Os fins da educação e outros ensaios.* Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo, Editora Nacional/USP, 1969. p. 105.
[14] Id. ibid., p. 101-2.

Em comparação com as concepções anteriores, a de Whitehead é menos aristocratizante. O serviço à sociedade é diretamente invocado, bem como os múltiplos aspectos da ação do progresso.

Complementando a concepção da universidade americana, faz-se necessária uma referência à extensão como serviço à comunidade. A sua origem parece encontrar-se na noção de que uma instituição universitária deve servir ao seu meio-ambiente mais próximo. Essa é uma idéia tipicamente americana.

Por fim, sendo os Estados Unidos um país de ensino superior de massa, Whitehead parece poder combinar a idéia de universidade "centro de progresso" com a participação de grandes efetivos escolares. Da universidade centro de progresso, passa-se às concepções "utilitárias" ou "funcionais" de universidade.

2.2 *Concepções utilitárias*

Drèze e Debelle caracterizam este grupo de universidades pelas preocupações sócio-políticas, no caso da francesa, e socioeconômicas, no exemplo soviético. Tais instituições de ensino superior não se apóiam num pensamento filosófico, mas refletem uma concepção global a partir de certas indicações.

2.2.1 Universidade francesa (napoleônica) — um molde intelectual

Prevaleceu na França a concepção napoleônica de universidade. Bonaparte concebeu a universidade imperial por ordens de faculdades, como um serviço público, sem autonomia e submetido às ordens diretas do Estado. A propósito, Gusdorf afirma:

"Toda história do ensino superior na França desde Napoleão pode-se definir como uma luta contra as instituições que ele criou... Os regimes sucessivos que governaram a França desde 1815 até

nossos dias não cessaram de se bater contra a estrutura da universidade imperial."[15]

Napoleão pregava que a educação era a mais importante das instituições. Não somente quanto à educação superior, mas acerca dos demais níveis, criou um sistema educativo fortemente centralizado e controlado pelo Estado, colocado em execução por um corpo docente organizado a serviço do Imperador e ministrando ensino profissional. No que concerne à universidade, Drèze e Debelle foram buscar os elementos nos próprios textos escritos pelo Imperador (*Vues politiques*):

"Por mais paradoxal que pareça, é a Napoleão que é preciso ir para se encontrar uma concepção francesa particular à universidade... Ele tinha sobre o ensino superior algumas idéias-força que deixaram uma profunda marca."[16]

Interpretando o pensamento do Imperador, a universidade deve contribuir para difundir uma doutrina comum, ou melhor, uma mentalidade geral idêntica. A difusão será realizada por um corpo de professores. É o próprio Napoleão que assim considera a educação:

"De todas as instituições, a mais importante é a instrução pública. Dela tudo depende, o presente e o passado. É necessário que a moral e as idéias políticas da geração que se educa não dependam das novidades do dia ou das circunstâncias do momento. É pre-

[15] Gusdorf, Georges. *L'université en question.* Paris, Payot, 1964. Gusdorf critica acerbamente o ensino superior francês. Lamenta de início que a França, que foi no Ocidente senão inovadora pelo menos a inspiradora da universidade, tenha perdido lentamente o sentido e a consciência dessa instituição. A partir daí, a história da universidade francesa é a história de uma degradação inexorável, a tal ponto que hoje ninguém sabe o que ela seja. (In: Boaventura, Edivaldo. *Universidade em mudança*). O livro de Gusdorf, de 1964, antecede a crise de 1968, donde saiu a lei de orientação do ensino superior, a chamada lei Edgard Faure, no mesmo ano. Outro documento importante, na França, no mesmo ano é o número especial da revista *Esprit*, maio/jun. 1964: "Faire l'université: dossier pour la réforme de l'enseignement supérieur". Depois da crise há muitas obras que expõem a nova situação da universidade francesa, dentre outras: Faure E. *Philosophie d'une réforme.* Paris, Plon, 1969; Amestoy, G. *Les universités françaises*, número especial de *Education et Gestion*, Paris, 1968; Antoine, G. & Passeron, J-Cl. *Réforme de l'université.* Paris, Calman-Lévy, 1966.

[16] Drèze & Debelle. op. cit. p. 85.

ciso antes de tudo chegar à unidade, e que uma geração toda inteira possa ser lançada no mesmo molde. Os homens diferem bastante pelas suas inclinações, pelos seus caracteres e por tudo isso que a educação não deve ou não pode reformar."[17]

A lei de 10 de maio de 1806 caracterizava o corpo docente desta maneira:

"Será formado sob o nome de Universidade imperial um corpo encarregado exclusivamente do ensino e da educação públicos em todo o Império."[18]

Não há conhecimento em comum na universidade imperial. Não. Muito pelo contrário. As faculdades são profissionais. A universidade torna-se um organismo que reúne as faculdades sem autonomia, melhor dizendo, sem liberdade acadêmica. É um serviço público unificado. Como unificado e unitário era (e é) o Estado francês. As faculdades se constituíam de unidades fechadas (*cloisonnées*) e eram submetidas à administração central. Os professores formavam um corpo de funcionários muito semelhantes ao regime militar. Os currículos eram os mesmos para todas as escolas. Enfim, o que parece caracterizar mais o ensino superior francês nessa concepção é a uniformidade. Pode-se concluir com Henri Janne:

"O exemplo da universidade napoleônica sugere que todo tipo de universidade é um reflexo do sistema de valores da sociedade global e que a universidade ela mesma é o instrumento da sociedade de uma maneira tanto mais consciente e marcada pelo Estado que se torna mais forte."[19]

[17] Napoléon. *Vues politiques*. Paris, Fayard, 1939. Apud: Drèze & Debelle op. cit.

[18] Os autores se serviram de algumas obras para completar o pensamento pedagógico do imperador, entre elas as de Aulard, A. *Napoléon Ier. et le monopole universitaire*. Paris, Colin, 1911; Irsay, Stephen d'. *Histoire des universités françaises et étrangères des origines a nos jours*. Paris, Picard, 1935. t. 2. O artigo da lei citado foi retirado da obra de Aulard.

[19] Janne, Henri. *Rapport l'université et les besoins de la société contemporaine*. Paris, Association Internationale des Universités, 1970 (10). O relatório do Prof. Janne começa citando o trabalho de Drèze & Debelle e ocupa toda a primeira parte; apenas a classificação é diferente: universidades do século XIX, napoleônica, alemã e inglesa, e universidades atuais, a saber: americana e soviética. Ainda no caso da França, ter-se-ia que pensar nas grandes escolas que estão e continuam fora da universidade, como a École Nationale d'Administration, a École Normale Supérieure, a École Polytechnique, ou ainda em instituições da mais alta envergadura cultural como o Collège de France e o Instituto.

Por acaso não é o modelo napoleônico que passou a influir em todo mundo, especialmente no latino, no latino-americano e no brasileiro, em particular? Universidade serviço público, autarquia ou fundação, dependente do Governo, não é o que tem hoje o Brasil?

2.2.2 Universidade soviética — um fator de produção

O último tipo de concepção a ser visto é o soviético. Trata-se de uma concepção utilitária. A sua finalidade é a edificação da sociedade socialista; evidencia-se a conotação ideológica. A lei do ensino superior de 1961 define em sete pontos os objetivos da universidade e dos estabelecimentos de ensino superior:

1. formar especialistas altamente-qualificados, educados na doutrina, a par das realizações científicas e tecnológicas mais recentes no país e no exterior e dos aspectos práticos da produção...

2. Dominar bem as pesquisas que contribuirão para resolver os problemas colocados pela edificação da sociedade soviética.

3. Produzir manuais e equipamentos didáticos de alta qualidade.

4. Formar professores e pesquisadores.

5. Assegurar uma formação avançada de especialistas graduados e ocupados nos diversos setores da economia nacional, nas artes, na educação e nos serviços de saúde.

6. Repartir os conhecimentos científicos e políticos entre a população.

7. Estudar os problemas ligados à utilização dos diplomados e o melhoramento de sua formação.[20]

Donde se deduz que a finalidade do ensino superior é formar pessoal técnico, mas com forte compromisso ideológico e político. A universidade deverá formar aqueles especialistas previstos no plano em cada exercício anual. O ensino superior depende, portanto, to-

[20] Drèze & Debelle. op. cit. p. 105.

talmente do poder político e é orientado em direção às necessidades da economia nacional, devendo ter estreitas relações com a atividade econômica.

Apreciando a concepção do ensino superior soviético, Drèze e Debelle comentam:

"Uma palavra resume as características da concepção russa: a instituição superior é antes de tudo 'funcional', isto é, inteiramente integrada no processo de desenvolvimento socioeconômico da nação. A idéia de uma pesquisa científica 'gratuita' de uma formação de tipo 'cultura geral' do *'l'honnête homme'* não se enquadra com esse ponto de vista"...

Mais adiante, quanto ao ensino superior de massa afirmam:

"A questão não é saber como vão-se adaptar as instituições de ensino aos efetivos que aumentam rapidamente... mas de recrutar o número de estudantes requerido pelo plano."[21]

É um ensino superior "funcional" e planificado, dependente do poder público e das previsões econômicas. Evidentemente, trata-se de uma situação bem diversa das demais concepções. Numa ou noutra, se poderia discutir se há ou não maior ou menor dose de "liberdade acadêmica" ou simplesmente autonomia universitária. Nessa última, o ensino superior, seus objetivos, número de alunos, tudo, enfim, depende da previsão do plano. Todavia, o enfoque da mão-de-obra de nível superior tem influenciado muitos países democráticos e ocidentais, que tentam a sua realização ou o estabelecimento de previsões, como tem sido o caso da OCDE.[22]

A concepção coerente de uma universidade, por mais que seja uma exigência do espírito, torna-se cada vez mais difícil de ser estabelecida. A "liberdade acadêmica" e a "formação de elite", apanágios das concepções idealistas e mesmo da francesa do século passado, cedem lugar à pressão de grandes contingentes de alu-

[21] Id. ibid., p. 120.

[22] Sobre os trabalhos de planejamento de mão-de-obra da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico há vários relatórios. Sobre o assunto, são recomendados especialmente aqueles que tratam do Projeto Mediterrâneo, realizado na década passada.

nos que condicionam a maior participação dos governos na educação. A universidade "centro de progresso", segundo Whitehead, desenvolve-se pela investigação científica aplicada à tecnologia. Napoleão antecedeu a "universidade serviço público" dos nossos dias, com todos os seus problemas burocráticos. Já quanto à formação de mão-de-obra de nível superior, quase todas as universidades, não importando o sistema político ou a ideologia, programam os recursos humanos mais prioritários à sociedade. O quadro seguinte sintetiza as concepções de universidade.

3. Concepção da universidade brasileira: uma procura

Tempo e história são importantes para se identificar numa sociedade a concepção de sua universidade. É muito recente a história da universidade no Brasil, abstraindo-se a confusa e controvertida existência do ensino superior no período colonial e a presença de faculdades no Império e nos primeiros anos da República. A partir de 1946, acentua-se a criação de universidades. No fim da década de 60, começa-se a falar na reforma universitária, que se inicia oficialmente em 1966.

Como se pode identificar uma concepção de universidade no Brasil? Se a indagação não levar a uma conclusão afirmativa, as reformas universitárias e as experiências de ensino superior em todo este vasto continente ensejarão indicações que caracterizem uma concepção? Eis a tarefa desta segunda parte.

3.1 *História recente da universidade no Brasil*

As pesquisas de Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, sobretudo a tese *A universidade brasileira em busca de sua identidade,* oferecem subsídios.[23]

Somente em 1920 é que se criou a primeira instituição universitária no Brasil. Pelo Decreto nº 14.343, do Presidente Epitácio Pes-

[23] Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade brasileira em busca de sua identidade.* Tese apresentada ao Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC/RJ, para concurso de livre-docência, na disciplina Estrutura do ensino brasileiro. Rio de Janeiro, 1976. Posteriormente, foi publicada pela Editora Vozes, em 1977.

soa, reuniram-se as Faculdades de Medicina, Direito e Escola Politécnica do Rio de Janeiro em universidade; sem considerar a experiência estadual da Universidade do Paraná e a criação da Universidade de Manaus.[24]

O motivo que parece ter animado a criação da Universidade do Rio de Janeiro foi a vinda do Rei Alberto I, da Bélgica, ao Brasil. Como um dos preparativos da visita real, em comemoração ao primeiro centenário da Independência do Brasil, era preciso outorgar-lhe o título *Doctor Honoris Causa*, mas faltava a universidade para possibilitar a efetivação da honraria acadêmica. Logo, *il faut* a universidade para tanto... Do que se sabe, a instituição, nos seus primórdios, teve apenas existência formal, no testemunho de Fernando de Azevedo:

"Existia na época a Universidade do Rio de Janeiro, mas só no papel. Ela foi criada... para numa demonstração de *status* cultural receber o Rei Alberto I, da Bélgica. Mas o rei foi embora, passou poucos dias aqui, e a 'universidade' do Rio foi fechada: já tinha cumprido seu papel."[25]

Com a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, em 1930, inicia-se a reforma Francisco Campos. No que tange ao ensino superior, a maior inovação parece ter sido a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, com dupla função: promover cultura geral e formar profissionais para o ensino normal e secundário. Outras medidas foram tomadas: a) concessão de relativa autonomia administrativa e didática às universidades; b) previsão de organização administrativa; c) regulamentação do concurso de livre-docência; d) introdução de algumas medidas relativas à organização acadêmica etc. Ao comentar a reforma Francisco Campos, Maria de Lourdes Fávero assim sintetiza:

"Como vemos, apesar das críticas que possam ser feitas, só a partir de 1930, com o Estatuto das Universidades Brasileiras é que a

[24] Valnir Chagas faz referência não só à conhecida existência da Universidade do Paraná, em 1912, mas também à de Manaus, em aula inaugural dos cursos da UFRGS, em 1967, *A luta pela universidade no Brasil.* Gráfica da Universidade, 1967.

[25] Azevedo, Fernando de. USP — a revolução da década de 30. *Jornal da Tarde,* 14 fev. 1973. Apud: Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. op. cit.

Concepções de universidade

	Concepções idealistas			Concepções utilitaristas	
	I	II	III	IV	V
Autor principal	Um meio de educação I. H. Newman	Uma comunidade de pesquisadores K. Jaspers	Um *foyer* de progresso A. N. Whitehead	Uma forma intelectual Napoleão	Um fator de produção Conselho de Ministros (URSS)
Finalidade	Aspiração do indivíduo ao saber	Aspiração da humanidade à verdade	Aspiração da sociedade ao progresso	Estabilidade política do Estado	Edificação da sociedade comunista
Concepção geral	Educação geral e liberal no meio do saber universal	Unidade da pesquisa e do ensino no centro do universo das ciências	A simbiose da pesquisa e do ensino a serviço da imaginação criativa	Um ensino profissional uniforme confiado a um corpo organizado	Um instrumento funcional de formação profissional e política
Princípios de organização	— pedagogia do desenvolvimento intelectual	— sadia organização facultativa	— corpo profissional criador	— hierarquia administrativa	— manipulação controlada da oferta de diplomados
	— internato e *tutors*	— a liberdade acadêmica	— estudantes capazes de aplicar alguns princípios gerais	— programas uniformes	— recursos a todas as forças produtivas da nação
Conclusão quanto ao problema de massa	Uma rede diversificada de ensino superior no centro do qual as universidades conservam sua originalidade			Uma rede uniforme para a massa e para a elite	Adaptação do número às necessidades da economia e diversificação das instituições

Fonte: Dreze, Jacques & Debelle, Jean. *Conceptions de l'université.* Bruxelles, Institut Administration — Université. Fondation Industrie—Université, 1967.

idéia de universidade entre nós começa a tomar forma. Em seu conjunto, a reforma Francisco Campos e em particular a Reforma do Ensino Superior refletem as ambigüidades do momento histórico; o caráter dúbio de certas afirmações... enfatiza aspectos essenciais no que tange ao ensino superior."[26]

Depois de 1930, surgem as primeiras tentativas de organizações universitárias como "instituições integradas e orgânicas", na percepção da citada autora. É criada a Universidade de São Paulo, em 1933, por Armando Salles, que agrupou as faculdades existentes e incorporou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A Universidade do Distrito Federal foi instituída, em 1934, por Anísio Teixeira, então Secretário de Educação do Distrito Federal. Esta experiência duraria até janeiro de 1939, quando foi extinta pelo Decreto-lei nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939.[27] Nova tentativa de "universidade integrada" surgiria em 1961 com a Universidade de Brasília. No particular, é de se estranhar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024), também de 1961, não tenha inovado quanto ao ensino superior. Continuaram as universidades como reunião de faculdades justapostas e compartimentadas, ligadas pela reitoria.[28]

3.2 *Experiências universitárias*

A partir da década de 50, aumenta a cópia de instituições de ensino superior. Surgem reitores inovadores, como é bem um exemplo brilhante Edgard Santos, na Bahia, dando ênfase a esse ou aquele aspecto. Tudo leva a pensar que se estava experimentando

[26] Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. op. cit. p. 36.

[27] A Universidade do Distrito Federal, no curto período de sua existência, teve como reitores: Afrânio Peixoto, em 1935; Paulo de Assis Ribeiro; Alceu Amoroso Lima; Afonso Pena Júnior (período mais longo); Miguel Osório de Almeida e Luiz Camilo de Oliveira Neto. Prudente de Moraes Neto foi diretor da Faculdade de Filosofia. Informações prestadas pelo professor e advogado Alberto Venâncio Filho

[28] Boaventura, Edivaldo. *Universidade em mudança*. Salvador, IOB, 1971. Evidentemente, todo um longo trabalho de interpretação está para ser feito a fim de se identificar a concepção do nosso ensino superior, pelo menos, partindo-se do Colégio das Artes na Bahia, faculdades imperiais e as manifestações de autonomia universitária, como a criação da Universidade do Paraná, Universidade de São Paulo e, depois, a de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

a existência mesma da instituição. As universidades estavam (ou estão!) à procura de direções, de realizações ou mesmo de idéias. E não poderia ser de outra sorte! Há necessidade de certa idade intelectual, de maturidade institucional etc. para que se tenha autênticas e reais universidades. Entre universidade real e universidade formal vai aquela diferença dos "valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras", como bem demonstrou Anísio Teixeira.[29]

Comparada a nossa instituição universitária com a européia ou a americana, tem-se universidade mais no sentido formal do termo. É bem recente o seu surgimento. Há dificuldade em desempenhar certos papéis acadêmicos e em firmar padrões de investigação válidos e operacionais. Distancia-se do modelo europeu-francês pela forma mais larga adotada, ao tempo em que se aproxima do tipo norte-americano, pela estrutura acadêmico-administrativa e pela inclusão de formações em administração, enfermagem, serviço social, biblioteconomia e outras. Do ponto de vista do conteúdo dos currículos e do material bibliográfico, sobretudo, a nossa instituição universitária discrepa muito. Mas, tudo indica que a forma mais ampla adotada pode possibilitar um ensino superior de massa. No aspecto jurídico, as autarquias universitárias lembram bem a universidade francesa, como serviço público centralizado, dependendo mais das decisões governamentais, no que concerne a recursos financeiros, regime de pessoal etc., do que das emanações autônomas. Há ainda a considerar o crescimento (desigual) dos estabelecimentos particulares de ensino superior.

3.3 *Universidade polivalente — concepção da reforma*

Conforme afirmação inicial, a reforma universitária enfatizou muito mais a estrutura, "as três funções", a administração, do que mesmo as finalidades e concepções. Reconhece-se certo espaço — um vazio — entre toda e qualquer cogitação de idéia de universidade e sua estrutura. Pensa-se, escreve-se e se fala muito mais

[29] Teixeira, Anísio. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. In: *Educação no Brasil*, textos selecionados. Rio de Janeiro, IBGE, 1976. p. 7-27.

nos problemas de estrutura do que em outro aspecto. Romélio Aquino sentiu:

"Tem-se até aqui postulado uma dicotomia rígida: de um lado, a superestrutura científico-cultural da universidade; do outro, a infra-estrutura administrativa do sistema. Entre ambas, o fosso de um desvio na regular ação recíproca das duas instâncias. A científico-cultural — específica — poria unilateralmente as condições do organismo. À instância administrativa, restaria o curioso papel de infra-estrutura sem poder de determinação (com o exclusivo poder negativo de sua dimensão burocrática)."

Essa extrapolação da subordinação da atividade-meio à atividade-fim, responde pela abordagem insulada de 'fins', 'metas', 'destino', da instituição: a procura da 'essência' da universidade.[30]

Newton Sucupira trouxe importante contribuição à procura da concepção na universidade brasileira. O ensaio "A condição atual da universidade e a reforma da universidade brasileira" trata diretamente do problema. A universidade brasileira é uma universidade polivalente. O que vem a ser universidade polivalente?[31] Adota-se a mesma metodologia de Drèze e Debelle, aplicando-a ao citado trabalho.

Preliminarmente, contesta tenha a reforma se limitado tão-somente aos problemas de estrutura e administração:

"A reforma universitária emanada do grupo de trabalho e expressa nas Leis 5.539/68 e 5.340/68... não se limitou aos problemas da universidade e de sua administração, mas procurou definir sua inserção na sociedade, sua relação com o Estado, fixando critérios de expansão do ensino superior e de seu financiamento."[32]

Reconhece que é necessário tempo para que se desenvolva a instituição:

[30] Aquino, Romélio. Notas sobre metodologia da organização universitária. Comunicação ao *Seminário sobre Reforma Universitária*. Salvador, 1973. mimeogr.

[31] Sucupira, Newton. *A condição atual da universidade e a reforma universitária brasileira*. MEC, s.d. p. 171.

[32] Id. ibid., p. 41.

"De qualquer modo, decorrerá algum tempo antes que a universidade brasileira tenha desenvolvido sua plena identidade e possam definir-se com toda nitidez os contornos de sua imagem original."

Passa, então, diretamente ao problema da concepção:

"Trata-se de uma universidade polivalente, multifuncional, baseada na indissociação do ensino e da pesquisa, mas que pretende abrigar, ao mesmo tempo, a formação técnico-profissional, inclusive de nível intermediário, e as mais altas formas do saber."

"Diríamos que a idéia de universidade da reforma procura fazer a síntese da concepção idealista e da concepção funcional. Procura entrosar a universidade com as necessidades técnicas do desenvolvimento, com o mercado de trabalho, mas sem resvalar para um modelo tecnocrático. É o que está manifesto na Introdução que escrevemos para o Relatório do grupo e consignado em dispositivos da lei."

E o próprio Sucupira interroga:

"Surgem, agora, duas questões: como se objetiva institucionalmente essa universidade polivalente? Como se conciliam institucionalmente os objetivos técnicos e pragmáticos e o sentido puramente acadêmico, o ensino de massa e a pesquisa científica e a alta cultura?"[33]

Sobretudo pela estrutura orgânica com base em departamentos e pela universalidade de campo, isto é, "pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissional (Decreto-lei nº 252/67).

Volta o citado autor:

"Essa universalidade de campo parece reviver a palavra de Humboldt, quando dizia a propósito da criação da Universidade de Berlim que 'nenhuma ordem de conhecimento deve ser excluída de tal estabelecimento' ou a de Newman ao sublinhar o fato de que a 'Universidade faz profissão de ensinar tudo o que deve ser ensinado, em algum departamento que seja do conhecimento humano'."

[33] Id. ibid., p. 42

"A resposta à segunda questão, ou seja, a conciliação na mesma instituição do ensino de massa e da alta cultura, está na diversidade vertical, no escalonamento de planos de estudos dentro da universidade. Fundamentalmente, a universidade moderna, e principalmente em nosso caso, deve compreender dois subsistemas: a graduação e a pós-graduação"...

"A graduação estaria aberta à grande massa e incluiria as carreiras acadêmicas e profissionais longas e curtas. A pós-graduação seria a estrutura de excelência, se insere na universidade massa e é caracterizada por uma alta seletividade. Como afirmamos no Relatório do Grupo de Trabalho, constitui a cúpula de estudos onde se desenvolve a pesquisa científica, se formam os quadros do magistério superior e se afirma a gratuidade das mais altas formas da cultura universitária."[34]

A concepção de universidade polivalente permite que se compreenda a multiplicidade de papéis, funções — ensino, pesquisa e extensão —, fins e princípios, exercidos ou que orientam a instituição. De fato, a universidade procura atender a uma variedade de objetivos: a) quanto ao ensino de graduação — cursos longos e curtos; b) acerca da pós-graduação — cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado. A pesquisa tende a crescer com o desenvolvimento da pós-graduação e com apoios externos, CNPq, Fidene e outros organismos animadores. A extensão abrange largo leque de atividades — cursos e programas os mais diversos, atividades culturais, seminários, prestações de serviço, programas comunitários, como Crutac, Rondon, Mudes, Opema, Ciee.[35]

É uma universidade que não tem somente a "valência" do ensino de graduação, mas outras, que procura atender até com certa dose de agressividade. A concepção polivalente, além de ser uma idéia operacional, procura interpretar a multiplicidade de papéis desempenhados pela universidade no Brasil.

[34] Id ibid., p. 45/6.

[35] Boaventura, Edivaldo M. *Extensão universitária e formação permanente.* UFBA, Faculdade de Educação, 1976. mimeogr.

4. Último segmento da estrutura educacional

Para concluir, o problema da concepção da universidade está em conexão com a cultura, seu passado, exigências do presente e previsões do futuro. A universidade, não importando o país, está em face de novas necessidades a atender. Sobe a montante dos efetivos, que acarreta problemas como os de funcionamento e de expansão. A diversificação dos tipos de instituições de ensino superior — universidade, institutos ou centros de tecnologia e programas como "dois anos na universidade" — se apresenta como uma das possibilidades de atendimento à demanda.

Por outro lado, novas atribuições são cometidas à universidade. As especializações recentes e o atendimento a faixas sociais inatingidas até agora trazem para a universidade o problema de um número bem maior do que aquele admitido até recentemente. Como compatibilizar a maior oferta de educação superior com a qualidade dos propósitos universitários?

Por fim, a universidade foi atingida pela educação extra-escolar ou pela própria educação permanente e uma zona permeável se estabelece entre ela e a cultura. Cultura erudita, acadêmica, formal, retórica, honorífica ao lado de uma outra cultura popular, "selvagem", que se expressa em disco, cinema, cartaz, artesanato, feiras...

Em face de pressões, novas funções e exigências, o que ficará da "idéia" de universidade? Ou o que será mesmo universidade? Último segmento da estrutura educacional, antecedida pelo ensino médio ou de segundo grau? Ou restará como fóssil nominalista? Ou, pelo contrário, haverá constantes que permitem o estabelecimento da sua concepção?